

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598

São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO

Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O bom senso nas negociações

Se for verdade que, como se noticia, o governo brasileiro pode recorrer às reservas internacionais para pagar, ainda este ano, parte dos juros atrasados, sua disposição só merece elogios. Informa-se que o governo estuda também a possibilidade de utilizar parte dos financiamentos prometidos por organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para pagar os juros vencidos. Se isso ocorrer, o governo terá dado um passo importante no sentido de obter um acordo com os credores externos.

A proposta de renegociação da dívida feita há um mês pelo governo brasileiro foi muito mal recebida pelos credores. Baseada no conceito de “capacidade de pagamento” — isto é, a quantidade de recursos que sobrar depois que o governo realizar suas despesas principais, como o custeio da máquina administrativa, os investimentos e o pagamento da dívida externa —, a proposta inicial do Brasil prevê que os juros vencidos serão acrescentados à dívida principal a vencer, a qual será reescalada, para pagamento num prazo de até 45 anos. Os bancos querem o pagamento imediato de um terço dos juros vencidos, que já somam US\$ 8,4 bilhões. É o que consta da proposta que entregaram na semana passada ao principal negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster. Os dois terços restantes seriam refinanciados.

Essa proposta implica o pagamento de cerca de US\$ 2,8 bilhões, quantia que a equipe econômica do governo, até há alguns dias, considerava incompatível com a “capacidade de pagamento” e com o nível das reservas internacionais, que no final de setembro totalizaram US\$ 8,63 bilhões.

Mas, hoje, a equipe brasileira adota uma posição mais flexível. “Estamos abertos a toda e qualquer proposta, a todo e qualquer pagamento, desde que seja feito um arranjo financeiro que não implique maiores sacrifícios para o País”, disse o secretário

de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir. A ministra Zélia Cardoso de Mello, por sua vez, admitiu que a proposta dos bancos contém vários itens que merecem ser analisados, para que o governo apresente sua contraproposta, ainda nesta semana.

A equipe econômica parece abandonar sua atitude inicial de arrogância, que ameaçava conduzir as negociações para um beco sem saída. É uma atitude inteligente. Agindo assim, o governo evita o agravamento das contas externas, já visível na diminuição substancial das linhas de crédito de curto prazo mantidas pelos credores externos e que sustentam o comércio externo e o capital dos bancos brasileiros no Exterior. Há dias, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen disse que o Banco Central está comprando dólares para remeter aos bancos brasileiros lá fora. Essas linhas começaram a se reduzir depois que o Brasil fez sua proposta de renegociação da dívida. O efeito prático dessa redução será o encarecimento dos produtos importados, que não se resumem a matérias-primas ou superfluos. Por causa da redução da safra, o Brasil está importando até arroz.

No momento em que aumenta a desconfiança interna, por causa da sensação de que a equipe econômica está perdendo a luta contra a inflação — o governo terá de rever as metas que prometera ao FMI, cujo aval é indispensável para que o País obtenha créditos no Exterior, como os que o presidente Fernando Collor de Mello está solicitando ao governo japonês —, a posição brasileira no front externo, evidentemente, torna-se mais vulnerável. É hora, portanto, de abandonar as bravatas. A um general derrotado por agir sem levar em conta a força do inimigo cabe o julgamento pelo conselho de guerra. É preciso negociar com bom senso, para evitar um confronto no qual não entraríamos com trunfos mais fortes do que os da outra parte.